

O palácio de D. Gastão, no *sítio do Grilo*

The palace of D. Gastão, at Grilo's place

PATRÍCIA MONTEIRO¹

Resumo: Situado entre Xabregas e o Grilo, na zona oriental de Lisboa, o palácio de D. Gastão passa despercebido aos habitantes da cidade. Com a sua fachada principal voltada para o Tejo, o edifício integrava-se numa morfologia arquitetónica típica da orla ribeirinha e da qual não se preservam muitos exemplos. As transformações introduzidas no urbanismo oriental, provocadas pela instalação de unidades fabris e de bairros de operários, pela chegada dos caminhos de ferro e, sobretudo, pela obra do aterro do Tejo, alteraram dramaticamente a linha de costa, desde Santa Apolónia ao Poço do Bispo. Não obstante, ao longo deste percurso, muitos palácios dos séculos XVII e XVIII resistiram, invisíveis ao nosso olhar, entre armazéns abandonados e ruínas industriais. O edifício referido neste texto é um exemplo paradigmático desta situação. Após ter perdido a sua ligação ao rio e sofrido o impacto da industrialização, o destino do edifício permanece incerto, integrado no princípio da reabilitação urbana que, desde finais do século XX, varreu a zona oriental da cidade.

Palavras-Chaves: Lisboa; Grilo; palácios; urbanismo.

Abstract: Located between Xabregas and Grilo, in the Eastern part of Lisbon, the palace of D. Gastão goes unnoticed by the city's inhabitants. The building belonged to an architectural morphology typical of the riverbank, with a main façade facing the Tagus river, of which not many examples have been preserved. The shoreline from Santa Apolónia to Poço do Bispo has been dramatically transformed as a result of the major changes brought about in the urban east by the construction of factories and workers' neighbourhoods, the railroads, and, most importantly, the Tagus embankment. Nevertheless, many palaces from the 17th and 18th centuries still stand along this path, hidden from view, among abandoned warehouses and industrial wreckage. The building mentioned in this text is a classic example of this circumstance. After losing its river connection and suffering the effects of industrialization, the building's fate remains unknown as part of the principle of urban regeneration that has swept over the city's eastern outskirts since the end of the twentieth century.

Keywords: Lisboa; Grilo; palaces; urbanism.

¹ CLEPUL, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6934-2311>.

1. Introdução

O presente texto procura recuperar a memória sobre um palácio da zona oriental de Lisboa, pertença da família de D. Gastão Coutinho, senhor das ilhas Desertas, partindo da exploração de um fundo documental inédito. Com efeito, o *Morgado de D. Gastão Coutinho* (ANTT) veio trazer à luz novos dados para o estado da questão sobre a caracterização do palácio e da «rocha» sobre a qual se erguia, olhando o Tejo.

O edifício chegou até aos nossos dias integrado num bloco arquitetónico com volumes indiferenciados, resultantes das transformações urbanas que ocorreram neste local, na viragem do século XIX para o XX. Através da documentação analisada, procuraremos recuperar a imagem daquilo que foi um palácio setecentista da Lisboa oriental, na sua relação íntima com o rio, da qual subsistem alguns vestígios.

2. Contextualização histórica

Durante séculos a zona oriental de Lisboa foi uma área rural e com baixos índices de população, circunstância apenas alterada pela instalação gradual de comunidades religiosas que promoveram a implantação de população, forçando o crescimento urbano da cidade para leste.

Muito embora existam registos históricos do paço de D. Afonso III, em meados do século XIII, o incremento de construções neste local apenas se verificou a partir do século XV (Araújo

[1940?]: 56-57). Com efeito, data de 1455 a fundação do Convento de Santa Maria de Jesus, dos Franciscanos da Província do Algarve, que se instalariam no lugar de «Enxoubregas», em terrenos doados por D. Afonso V à condessa de Atouguia (Sucena, 1994: 846). Também de meados do século XV é a construção do Convento de São Bento de Xabregas, situado ao Beato, mais uma fundação de iniciativa régia, desta feita da rainha D. Isabel, esposa do rei D. Afonso V (Matos e Paulo, 1999: 3). O sítio de Xabregas ficaria também marcado por outra construção da maior relevância histórica e simbólica, como foi o Convento da Madre de Deus, fundado em 1509 pela rainha D. Leonor (Monteiro, 1994: 555).

Vizinho a esta construção erguia-se o paço de Xabregas, outra construção promovida pela mesma rainha, que serviu de residência a vários monarcas até D. João IV. A construção de um paço neste local foi interpretada como uma estratégia de se criar um eixo alternativo ao paço manuelino erguido na Ribeira, hipótese que encontra a sua confirmação na tendência crescente a que se assistiu, sobretudo no século XVII, para a edificação de palácios junto ao rio, concorrendo para a definição de uma «zona nobre da cidade cortesã» (Matos e Paulo, 1999: 6). Assim, a partir dos finais do século XVI, em terrenos próprios ou concedidos pela Coroa, começaram a tomar forma novas edificações, onde se viriam a instalar os marqueses de Nisa, Olhão, Marialva, Belas e

de Abrantes, os duques de Lafões, ou ainda os condes de Valadares, ao Poço do Bispo.

Foi, no entanto, a instalação de casas religiosas fora do perímetro urbano da cidade o grande fator de dinamização urbana na zona oriental, em finais do século XVI e inícios do XVII, com destaque para as da Ordem dos Agostinhos Descalços, fundadas por D. Luísa de Gusmão: o Convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete (de frades «grilos», por associação ao topónimo *Grilo*), fundado, em 1666, e, do lado do rio, o Convento de Santo Agostinho (ou «das grilas»), de 1660 e onde a referida rainha se recolheu, em 1662 (Monteiro, 2005: 52).

Em 1787, o aristocrata inglês William Beckford, nas cartas que redigiu durante a sua primeira estada em Lisboa, descrevia de forma romântica o sítio de Marvila, entre a quinta do Marquês de Marialva e o palácio do duque de Lafões, como um «jardim abandonado e selvagem», com notas pitorescas de ruínas e estátuas mutiladas (Beckford, 1988: 77).

A viragem do final do século XVIII: de locus amœnus a locus horrendus
Não são conhecidas quaisquer gravuras do palácio que pertenceu a D. Gastão e aos seus descendentes. Apesar disso, gravuras de outros palácios, situados junto ao Poço do Bispo e em Braço de Prata, como a *quinta da Matinha*, dos marqueses de Belas, ou o palácio dos condes de Valadares, apontam para a mesma

morfologia arquitetónica, com fachadas com varandas ou galerias interiores voltadas para o Tejo e pequenos cais particulares (Folgado e Custódio, 1999: 13). Em finais do século XVIII, a zona oriental de Lisboa mantinha o seu cariz rural, local privilegiado para a construção de grandes quintas senhoriais, distante do rebuliço da cidade que se reerguia da destruição provocada pelo Terramoto.

A grande transformação teve início ainda em meados do século XVIII, quando aqui se começaram a instalar as primeiras manufaturas, assinalando uma tendência que se tornaria dominante durante o século seguinte (Monteiro, 2005: 50). Neste espaço de tempo, foram inúmeras as unidades fabris que se implantaram entre Santa Apolónia e Chelas, algumas em edifícios projetados de raiz, enquanto outras aproveitaram estruturas pré-existentes, designadamente conventos, mosteiros e palácios. Entre 1840 e 1944 contabilizam-se cerca de duas dezenas de fábricas marcando a paisagem a oriente, em torno das quais começaram a surgir aglomerados habitacionais destinados aos respetivos operários: primeiro, os pátios e, na passagem para o século XX, as vilas (Silva, 2019: 135). Quase em simultâneo foram surgindo, também, as primeiras escolas, para os filhos dos trabalhadores fabris. A instalação do caminho-de-ferro (1856) seria o marco derradeiro para as alterações que, a partir daí, tiveram lugar e que modificaram de modo dramático a paisagem urbana a oriente.

Nesta mudança de paradigma haverá que considerar a importância dos proprietários que, utilizando os cais particulares das suas propriedades, começaram a explorar atividades de manufatura e, depois, de indústria (Folgado e Custódio, 1999: 16). Parece ter sido esta a situação vivida no palácio de D. Gastão, onde, desde 1747, surgem referências a armazéns e, em 1789, ao seu aluguer a um negociante de bebidas alcoólicas (ANTT, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, 16). A tendência estaria já consolidada em 1892, quando o então proprietário Bento José de Freitas Araújo dá entrada na Câmara Municipal de Lisboa com pedidos de licença para obras nos seus armazéns (AML, AO, Rua da Manutenção, 35-61, n.º 27318, 8522, fls. 1-2).

No último quartel do século XIX, a obra do aterro do Tejo, pelo Porto de Lisboa, para construção da Rua da Manutenção Militar, condenou ao desaparecimento diversas praias e cais ao longo da orla costeira (Folgado e Custódio, 1999: 17).

Em meados do século XX, a zona oriental contou com algumas intervenções com significativo impacto urbanístico, como a construção do bairro da Madre de Deus (concluído em 1944), a abertura da Avenida Infante D. Henrique, o Plano de Melhoramentos do Porto de Lisboa e ainda a destruição das barracas que compunham a «ilha do Grilo» e que deram lugar

a um novo bairro com um traçado de linhas retas (Junta de Freguesia do Beato, 2019). Tal como na Madre de Deus, as novas habitações não se destinaram às classes mais pobres que continuaram a ocupar as quintas arruinadas e os seus palácios. Apenas no início dos anos 60, com o *Plano dos Olivais Sul*, o Estado construiu habitações de baixo custo, procurando resolver os problemas de alojamento, a que se somou o fenómeno do aparecimento dos bairros clandestinos (Silva, 2019: 133 e 135).

O último grande momento para a dinamização da Lisboa oriental foi a realização da Expo 98, que trouxe consigo um intenso movimento urbanístico e rodoviário, expandindo a cidade até Sacavém.

3. Da instituição do morgado de D. Gastão ao final do século XVIII

O fundo intitulado *Morgado de D. Gastão Coutinho* encontra-se à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde 21 de fevereiro de 2013, fruto de uma doação realizada por D.^a Rosário Beirão, filha da proprietária do edifício no Grilo, D. Maria Luciana Martins Soares Franco Beirão. Trata-se de um importante conjunto documental que integra o *Tombo da Quinta de Outeiro de Poldros*, anexa ao morgado em 1722 e os *Documentos relativos ao Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*,

consistindo em 36 maços (ou documentos compostos), datados de entre 1621 e 1926.²

O primeiro registo ao local onde se ergueu o palácio de D. Gastão consta num documento de compra de um foro sobre umas casas no sítio do Grilo, a 13 de maio de 1621 (ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 241, mç. 100, n.º 1). Um dos intervenientes nesta escritura foi D. Francisco Gonçalves da Câmara e Ataíde, fidalgo da Casa Real, 6.º senhor das ilhas Desertas e do morgado de Vaqueiros (Agrela, 1933: 15). Na escritura D. Francisco da Câmara disse que, entre os bens e propriedades de raiz que lhe pertenciam, estava na posse do senhorio de «humas cazas que estão juntto ao penedo da praia de emxobreguas» (ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 241, mç. 100, n.º 1, fls. 1-1v).

O senhorio das Desertas, que durante séculos permaneceu ligado à família, teve origem no arquipélago da Madeira, com o primeiro capitão do Funchal, D. João Gonçalves Zarco da Câmara, vindo o seu senhorio a passar por vários descendentes, até chegar a D. Luís Gonçalves de Ataíde, secretário de D. João III (Ataíde, 2007: 131).

O morgado do Grilo seria instituído a 14 de dezembro de 1652 (ANTT, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, 15, fls. 4 e ss.). Nessa data, estiveram reunidos na sua residência na Rua

do Norte, ao Bairro Alto, D. Gastão Coutinho e sua esposa D. Isabel Ferraz, ele sendo fidalgo da Casa do rei, capitão-mor no Estado da Índia e, mais tarde, herói no golpe que culminaria com a Restauração da Independência (1640) (Matos e Paulo, 1999: 55). A referência ao local de morada (Bairro Alto) revela que só a partir desta data o casal se instalou no Grilo, local onde não tinha raízes, ao contrário de outros nobres que por ali se fixaram, como Antão de Oliveira, fundador da quinta e do palácio mais tarde conhecido por Leite de Sousa (Ataíde, 2007: 130). A vizinhança desta propriedade relativamente à dos Câmara Coutinho era reforçada por ligações familiares entre proprietários, tendo D. Antão de Oliveira, inclusive, cedido um «chão» onde viria a ser construída a ermida de D. Gastão Coutinho, como cabeça do seu morgado. O facto de as propriedades em ambos os lados da calçada de D. Gastão pertencerem à mesma família tem dificultado, também, a diferenciação entre o que era a quinta de Leite de Sousa e as casas dos senhores das ilhas Desertas.

Uma das cláusulas mais importantes no documento de instituição do morgado explicitava que os bens que a ele estivessem vinculados nunca poderiam ser vendidos, trocados ou hipotecados, mesmo que para isso se viesse a recorrer a provisão régia. Entre os bens vinculados encontravam-se «as bemfeitorias que

² De acordo com informações recolhidas nos fundos do ANTT (cf. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4748291>).

fizerão na quinta do Grillo que importarão quatro mil cruzados» (ANTT, *Morgado de D. Gastão Coutinho*, liv. 1).

Outro ponto chave do documento de instituição do morgado diz respeito à instituição da Ermida de Nossa Senhora do Rosário da Restauração, entretanto concluída em 1644, localizada na quinta do Grilo, propriedade do seu cunhado D. Francisco Gonçalves da Câmara. Foi nesta ermida que D. Gastão Coutinho depositou a imagem de Nossa Senhora, encontrada de forma milagrosa na fortaleza de Cascais, que o próprio tomara ao inimigo na sequência do golpe da Restauração (Sobreira, 2015, 25 de julho).

À data da instituição do morgado, D. Gastão encontrava-se acamado, acabando por falecer pouco tempo depois, em 1653. Perante as testemunhas que assistiram ao ato, o casal declarou não ter filhos ou herdeiros diretos e, por esse motivo, instituíam D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, seu sobrinho, como herdeiro do morgado ao qual vinculavam todos os seus bens. D. Luís era filho de D. Filipa Coutinho, irmã de D. Gastão e foi a partir deste momento que as propriedades de ambos lados da calçada de D. Gastão ficaram unidas num único proprietário. A administração do morgado passaria, assim, para D. Luís Coutinho, o 7.º senhor das Ilhas Desertas, casado com D. Isabel de

Noronha. O seu herdeiro seria batizado com o nome de D. Gastão José da Câmara Coutinho, em memória do tio e fundador do morgado (Agrela, 1933: 16).

Entre 1712 e 1715 surgem várias referências concretas ao palácio junto ao Tejo, à data na posse de D. Gastão José, o 8.º senhor das ilhas Desertas e de Regalados, o qual levou a cabo importantes intervenções de beneficiação na sua propriedade do Grilo (ANTT, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, 18). Em 1713 D. Gastão José dirige uma petição a D. João V, para que lhe passasse um alvará autorizando-o a sub-rogar³ o valor de umas casas em mau estado na freguesia de Santa Justa, as quais não podia reedificar por não ter dinheiro e, também, porque estava a realizar obras mais necessárias na sua Quinta do Grilo (ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 38, fls. 165v-166).

É desta forma que, entre 1712 e 1715, são realizadas diferentes vistorias ao palácio, com o propósito de se proceder à medição e avaliação de várias obras entretanto realizadas. A vistoria realizada a 22 de abril de 1712 descreve, entre outros aspetos, os telhados mouriscos do palácio, as suas paredes de pedra e cal rebocadas, a abóbada de tijolo sobre arcos de janelas e portais. Existe também uma curiosa referência ao «rosso que se fez na rocha», o que sugere uma intervenção estrutural no ter-

³ A sub-rogação é uma figura jurídica que prevê a substituição de algo, ou a nomeação de um terceiro que assume o lugar de determinado devedor perante um credor. Cf. Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro.

reno sobre o qual assentava o palácio (ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 241, mç. 100, fls. 16-16v). A medição prossegue enumerando a «pedraria do lancil lavrada de picão meudo», a «enchelaria» (ou silharia) lavrada, a cimalha de pedraria «toscana», os degraus de pedraria lavrada e, ainda, a presença de 14 cachorros, do mesmo material.

Na vistoria realizada a 20 de fevereiro de 1715 foram avaliadas as obras de carpintaria, assinalando-se a presença de madeiras de castanho e de carvalho, vigas da Flandres, barotes de Hamburgo e ainda «madeira de navios» recordando o reaproveitamento que era feito da madeira proveniente do desmancho de embarcações (ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 241, mç. 100, fl. 11).

Um dos aspetos mais curiosos em documentação desta natureza é o facto de aqui se encontrar uma referência à decoração azulejar do palácio, com a indicação de «azulejos de jarras» (albarradas) e de «azulejos de flores» (ANTT, Autos de petição de D. Gastão José da Câmara Coutinho..., fl. 21). Note-se que, em 1712 e 1715, a azulejaria não atingira ainda a grande produção (figurativa e historiada) barroca que animou o panorama artístico lisboeta (Simões, 1979).

Estes autos de medição viriam a integrar um novo pedido de D. Gastão José ao rei, em janeiro de 1731, para desvincular o valor apurado pelas benfeitorias em valor equivalente

por uns prazos que possuía em Alcobaça e que integravam o seu morgado (ANTT, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, 18).

Assim, a 27 de abril de 1731, foi realizada nova vistoria ao palácio, no decurso da qual se enumeram diferentes espaços que integravam o edifício: quatro moradas com sobrado, cada uma com três divisões e uma delas com cinco; no piso térreo um palheiro, uma cavalariça, uma cocheira e várias «logeas» (ANTT, Sentença de vínculo de D. Gastão José da Câmara..., 1731).

D. Gastão José viria a falecer a 23 de agosto de 1736, enquanto residia na sua quinta, sendo a notícia do seu falecimento publicada na *Gazeta de Lisboa* (1736: 420). Entre as disposições testamentárias indica que tinha cinco filhos, dos quais destaca o sucessor, Luís Gonçalves da Câmara, casado com D. Isabel Libânia de Mendonça, e Francisco de Sales da Câmara, cônego da Patriarcal.

Em agosto de 1740, surgem novas informações relacionadas com campanhas de obras no palácio. Nessa data, D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho dirige uma petição ao Senado da Câmara, solicitando intervenção num muro que tinha caído junto às suas casas. A questão consistia em determinar se o muro era propriedade pública ou privada e definir a quem competia a responsabilidade da sua reparação. O auto de vistoria, datado de 18 de junho de 1740, descreve o muro em questão,

bem como o local onde estava situado, afirmando que as fundações do muro assentavam «sobre a rocha», a qual era de «alvenaria, e [...] cortada a prumo, e entre sy tenha alguns lizins brandos estes com o ar do mar adonde faz frente» (AML, *Chancelaria Régia*, liv. 16, 31 e 32, 1740, fls. 63-66v).⁴ O Senado determina que a conservação da rocha era competência camarária, contudo, o proprietário também deveria contribuir para a obra. A descrição da rocha sobre a qual se erguia o muro indica ser uma estrutura de alvenaria aparelhada, composta por pedras que apresentavam preocupantes sinais de erosão.

Em 1744, D. Luís Gonçalves já tinha falecido. No palácio, sobre o rio, viviam a sua viúva, D. Isabel Libânia de Mendonça, e o herdeiro, D. Gastão José da Câmara Coutinho, o qual também realizou obras no edifício. A 2 de janeiro de 1747, D. Gastão José pede autorização ao rei para que o autorizasse a fazer uma hipoteca sobre as «bem feytorias que tem feytto nas cazas do Grillo» (ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 240, mç. 100, n.º 1).

Para que a mesma fosse apurada com exatidão, a 26 de janeiro de 1747 foi realizada uma nova vistoria e avaliação à propriedade, onde se descreve o local exato das obras realizadas: uma área a descoberto sobre uma «ribanceira da parte do mar que servia de co-

cheira», onde construiu vários «socalcos com seus tabuleiros», assim nivelando o terreno, para a colocação de um jardim, com árvores de fruto e umas casas térreas (ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 240, mç. 100, n.º 1, fls. 3-7).

Anos após ter ocorrido o cataclismo de 1755, o prior da freguesia de Santa Engrácia refere-se à propriedade de D. Gastão, destacando a excelência da sua varanda, do «embarcadouro» e ainda da «magnificência do novo quarto cuja galaria cahe sobre a ditta varanda» (ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 20, n.º 93, fls. 749 e 774).

Seria ainda nesta varanda que se celebraria, a 14 de fevereiro de 1821, o casamento de D. José Trasimundo Mascarenhas Barreto, 7.º marquês de Fronteira, com D. Maria Constança da Câmara, filha de D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho Pereira de Sande, o que prova que, nessa data, o edifício continuava na posse da mesma família (Ataíde, 2007: 131).

Em 1781, o então 10.º senhor das ilhas Desertas, D. Gastão José Pereira da Câmara Ataíde Coutinho, solicita à rainha D. Maria I nova sub-rogação sobre o valor apurado na avaliação das obras de um «quarto novo e da Continuação do Caes da Escada do mar the a da Cozinha», por idêntica quantia sobre uns terrenos que tinha na Rua Augusta (ANTT, *Morgado de*

==

⁴ De acordo com a definição de Bluteau (1727, l: 561): «Lisim. Nas pedreiras, he o veyo entre as pedras, que quando não são inteiras, não obra bem o fogo para as voar».

D. Gastão Sousa Coutinho, mç. 1, 15). Essa verba seria para fazer face às despesas por ter acrescentado ao seu palácio «hum quarto que reedificara de novo *a fundamentis*», ou seja, desde os alicerces (ANTT, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, 15, fls. 31-31v). O documento da escritura indica ter-se realizado uma vistoria por peritos que avaliaram em que consistiam as referidas obras, entre elas «terse feito de novo hum caes pella frente do mar revestido todo de emchelharia tanto por esta parte como por sima todo lageado» (ANTT, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, 15, fls. 32v-33). Fica assim assinalada a data em que a obra de reconstrução do cais foi realizada, junto à zona da varanda, e que, ainda hoje, é reconhecível na Rua da Manutenção Militar, ao contrário da escadaria de ligação entre o palácio e a praia, também referida na documentação, e que hoje não é possível situar, destruída pelas obras de demolição que têm vindo a ocorrer nos edifícios anexos.

Em 1789, D. Gastão José começa a cobrar arrendamentos sobre alguns armazéns e casas térreas junto ao palácio, no sítio do Grilo, com um negociante de aguardentes, dando, assim, início a uma prática que se tornou comum durante o século XIX (ANTT, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, 16).

4. A evolução do edificado nos séculos XIX e XX

No início do século XIX, como vimos, o palácio ainda estava na posse da família de D. Gastão Coutinho (cf. Lemos, 2022). A D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho Pereira de Sande (1758-1848) sucedeu o seu herdeiro D. Gastão da Câmara Coutinho Pereira de Sande (1795-1866), 1.º conde da Taipa e o 13.º na linha de sucessão das ilhas Desertas, que morreu sem deixar herdeiros, passando o título para o seu irmão, D. José Félix da Câmara (1797-1879), o qual optou por não aceitar o título de conde (Sobreira, 2015, 18 de julho). O palácio terá passado, então, para uma governanta e, em finais do século XIX, para o negociante Bento José Freitas de Araújo.

Data dos anos 30 do século XIX a primeira reprodução gráfica do local onde se situa o antigo palácio de D. Gastão, numa altura em que toda a zona oriental da cidade foi muito transformada pelo advento de uma pré-industrialização. A fonte iconográfica em questão é a *Carta topographica da linha de defesa da cidade de Lisboa*, datada de 1835 (Silva, 2019: 119). Apesar de já existirem no local algumas manufaturas, a carta dá destaque aos palácios e quintas espalhados entre Xabregas, Beato, Poço do Bispo, Marvila e Chelas. O palácio de D. Gastão Coutinho destaca-se na linha de água, tal como o convento das Grilas ou a zona do Poço do Bispo.

Em 1858, a zona oriental voltaria a ser representada, desta vez por Filipe Folque, no *Atlas da Carta Topographica*, onde se encontram assinalados diversos topónimos que se mantiveram até ao presente, como a «Rua direita de Xabregas», a «Calçada do Grilo» e o «Largo do Grilo», a oriente, flanqueado pelos conventos de Nossa Senhora da Conceição de Monte Olivete e o de Santo Agostinho (Viegas *et al.*, 2000).

O terreno ocupado pelo palácio do Grilo é assinalado com uma mancha de cor, onde não se diferenciam os diferentes volumes que constituíam este aglomerado arquitetónico. A mesma circunstância mantém-se numa planta de 1891, pertencente ao processo que descreve o alinhamento da Rua da Manutenção Militar, na sequência das grandes obras de aterro do Tejo que alteraram a linha de costa.

No ano de 1889, o edifício estava na posse do comerciante Bento José de Freitas Araújo, que aí residia, possuindo diversos outros edifícios que confinavam com o antigo edifício senhorial, o que levou ao seu envolvimento no processo de expropriações e vendas de terrenos à Câmara para a construção da Rua da Manutenção do Estado (AML, Construção da Rua da Manutenção, cx. 32). Por esta altura, eram muitas as dificuldades para se apurar a delimitação exata de algumas propriedades e identificar os seus respetivos donos.

No início do século XX prosseguiram as indefinições sobre a posse de terrenos ao longo da Rua da Manutenção do Estado, onde a Câmara Municipal pretendia edificar. A 13 de setembro de 1904, um proprietário dirigia uma petição à edilidade, para que aprovasse um projeto para a construção de um prédio na Rua da Manutenção do Estado, em terrenos conquistados ao Tejo e que confrontavam, a nascente, «com o caes denominado de D. Gastão, hoje rua da Manutenção do Estado». O problema residia no facto de não terem sido apresentadas as áreas corretas dos terrenos em causa, tendo a Câmara sublinhado que, à data, não existia já qualquer vestígio do dito cais (AML, Construção da Rua da Manutenção, cx. 32, fl. 65).

Entre as múltiplas ocupações que ocorreram no antigo palácio de D. Gastão, conta-se, logo em 1908, o Centro Escolar Republicano Elias Garcia, que, desde 1908, funcionou no primeiro andar do n.º 15 da Calçada de D. Gastão, até fechar portas já na década de 70 (Sobreira, 2015, 15 de julho). A partir de 1974, essas instalações viriam a ser ocupadas pelo núcleo oriental do Partido Comunista Português.

Nos anos 40 do século XX destaca-se a instalação da firma de Refrigerantes Aliança Lda., num dos armazéns situados no rés-do-chão do antigo palácio (AML, AO, Calçada de D. Gastão, 11A-15, n.º 34509, 40570, fl. 1).

Em 1958, neste mesmo local, já estava em funcionamento a Fábrica de Rolhas, propriedade

de João do Rosário Policarpo Mendes, o qual, em 1994, acabaria por adquirir a totalidade do prédio (Sobreira, 2015, 1 de agosto).

Em 1947, o designado «Posto n. 28», pertencente aos Serviços Médico-Sociais da Federação da Caixa de Previdência, solicitou autorização à Câmara Municipal para a realização de obras no primeiro andar dos n.ºs 11 e 15 da Calçada de D. Gastão, onde viria a ser instalado um posto clínico provisório (AML, AO, Calçada de D. Gastão, 11A-15, n.º 34509, 31182, fl. 1).

Mais tarde, na década de 70, aqui se instalou a Cooperativa de Ensino «Os Pioneiros», destinada a crianças do ensino pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos, na tradição do que tinha sido a instalação de escolas na zona oriental para os filhos dos operários fabris (Sobreira, 2015, 8 de julho). A varanda setecentista do palácio, elogiada na documentação de época, acabaria integrada nas instalações da cooperativa de ensino, sem que tenha sido possível esclarecer de que modo ocorreu esta anexação de edifícios ao Grilo. Sendo utilizada como espaço de recreio para as crianças da cooperativa, foi para sua proteção que, entre 1981 e 1982, se destruiu a balaustrada em pedra calcária e, em seu lugar, se subiu a altura da parede, agora em betão. A cooperativa só abandonou o edifício na primeira década do século XXI.

O palácio de D. Gastão também acolheu o Chelas Futebol Clube e o Partido Comunista Português, que aqui teve a sua sede na zona

oriental, no primeiro piso, logo após o encerramento do Centro Escolar Republicano Elias Garcia (Sobreira, 2015, 1 de agosto).

Em 2001 a firma J. Mendes Lda., fabricante de cápsulas e rolhas de cortiça, instalada no rés-do-chão do antigo palácio, dirige uma informação à Câmara Municipal a propósito de obras em curso no tardo do edifício, provocando um desnível no terreno de 15 metros até à Rua da Manutenção Militar (AML, AO, Rua da Manutenção, 35-61, n.º 27318, 528/I/96, fl. 143). Esta situação é reveladora do estado de promiscuidade em que permanecem, até hoje, as confrontações entre edifícios, com prejuízo para o edificado.

5. Conclusão

Ao darmos por terminado este texto, importa sublinhar que, apesar de muito pouco ter chegado até aos nossos dias que faça eco do passado histórico do palácio de D. Gastão, existe um volume notável de documentação relacionada não só com o edifício, mas também com os seus proprietários. Este facto, associado ao cruzamento de dados publicados por outros autores, permitiu-nos reconstruir uma parcela considerável da história deste prédio, cobrindo grande parte do século XVIII (1712-1781).

Muito embora as fontes e a bibliografia consultadas coincidam na afirmação da existência do palácio de D. Gastão ainda no século XVII, a documentação prova que foi no século seguinte que tiveram lugar as intervenções

que explicam as características pelas quais o edifício se distinguiu: o traçado horizontal do corpo principal, voltado para a Calçada de D. Gastão; a repetida referência à «rocha» ou «penedo», onde assentava o edifício; a relação com o rio e, em particular, com o cais; a existência de espaços de lazer que passaram a logradouro e, depois, a área coberta; por fim, a varanda sobre o Tejo, que ainda se encontra *in situ*, uma sobrevivência anacrónica no meio do casario descaracterizado que, entretanto, a rodeou.

Desaparecida a nobreza senhorial, foi a vez de os homens de negócios assumirem a posse dos antigos palácios, construindo novos armazéns que exploraram ou alugaram para diversos fins. Podemos dizer que a história do palácio de D. Gastão reflete, no fundo, aquilo que foi o paradigma de toda a zona oriental lisboeta, na sua irreversível transição de espaço bucólico (*locus amoenus*) para uma industrialização incipiente, que foi afastando, cada vez mais, o rio dos seus habitantes (*locus horrendus*).

Bibliografia

Manuscrita

Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Arquivo de Obras (AO), Calçada de D. Gastão, 11A-15, obra n.º 34509, proc. 12910/SEC/PF/1925;

AML, AO, Calçada de D. Gastão, 11A-15, obra n.º 34509, proc. 54012/DAG/PG/1955;

AML, AO, Calçada de D. Gastão, 15A-19, obra n.º 36472, proc. 6134/DSC/PG/1937;

AML, AO, Rua da Manutenção, 35-61, obra n.º 27318, proc. 8522, 19 de setembro de 1892;

AML, AO, Rua da Manutenção, 35-61, obra n.º 27318, proc. 528/I/96, 5 de janeiro de 2001;

AML, Construção da Rua da Manutenção, cx. 32/DSUPT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00390, 1892-1916;

ANTT, Autos de petição de D. Gastão José da Câmara Coutinho..., 1 de agosto de 1715;

AML, *Chancelaria Régia*, Consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, liv. 16, docs. 31 e 32, 1740;

ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 38, 16 de março de 1713;

ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 82, 16 de agosto de 1732;

ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, liv. 210, PT-TT-JPRC-RGT-001-0210, 19 de novembro de 1734;

ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 20, n.º 93, 22 de julho de 1759, fls. 745-776;

ANTT, Documentos relativos ao Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho e à Ermida do Grilo, em Lisboa, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, doc. 16 PT/TT/MGC/0002, 1621-1926;

ANTT, Documentos relativos ao Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho e à Ermida do Grilo, em Lisboa, *Morgado de D. Gastão Coutinho*, liv. 1, PT/TT/MGC/0001, 1722-1730;

ANTT, Documentos relativos ao Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho e à Ermida do Grilo, em Lisboa, *Morgado de D. Gastão Coutinho*, mç. 1, doc. 18, PT/TT/MGC/0002/00018, 1731;

ANTT, Documentos relativos ao Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho e à Ermida do Grilo, em Lisboa, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, doc. 15, PT/TT/MGC/0002/00015, 1781-1786;

ANTT, Documentos relativos ao Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho e à Ermida do Grilo, em Lisboa, *Morgado de D. Gastão Sousa Coutinho*, mç. 1, doc. 16, PT/TT/MGC/0002/0016, 1789-1790;

ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 241, mç. 100, PT/TT/FGFF/007/0100/00001, 1712;

ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 241, mç. 100, n.º 1, PT/TT/FGFF/007/0100/00001, 1747;

ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 241, mç. 100, PT/TT/FGFF/007/0100/00001, 1715;

ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, letra G, cx. 240, mç. 100, n.º 1, PT/TT/FGFF/007/0100/00001, 1747.

ANTT, Sentença de vínculo de D. Gastão José da Câmara das benfeitorias das casas sitas no Grilo..., 1731.

Impressa

Agrela, C. (1933). Famílias da Madeira e Porto Santo Ribeiros Ferreiras. Em: *Arquivo Histórico da Madeira*. (vol. III). Junta Geral Autónoma do Funchal. Funchal;

Andrade, M. (1994). XABREGAS (Palácio dos Marqueses de Olhão). Em: F. Santana, Francisco e E. Sucena (dir.). *Dicionário da História de Lisboa*. s. n. Lisboa. pp. 971-973.

Araújo, N. (1940?). *Peregrinações em Lisboa*. (vol. xv). Parceria A. M. Pereira. Lisboa;

Ataíde, M. (coord.). (2007). *Monumentos e edifícios notáveis do Distrito de Lisboa*. (vol. v). Livros Horizonte. Lisboa;

Beckford, W. (1988). *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, 1787*. (3.ª ed.). Biblioteca Nacional. Lisboa;

Bluteau, R. (1727). *Supplemento ao Vocabulário Portuguez e Latino*. (t. I: letras A-L). Officina de Joseph Antonio da Sylva. Lisboa Occidental;

Folgado, D. e Custódio, J. (1999). *Caminho do Oriente, guia do património industrial*. Livros Horizonte. Lisboa;

Henriques, D. e Silveira, P. (2019). A importância da madeira estrutural na construção histórica em Lisboa. *Atas do 3.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*. Universidade Federal. Salvador (Bahia). pp. 289-297.

Matos, J. e Paulo, J. (1999). *Caminho do Oriente, Guia histórico*. Livros Horizonte. Lisboa;

Monteiro, J. (1994). MADRE DE DEUS (Igreja e Convento de). Em: F. Santana e E. Sucena (dir.). *Dicionário da História de Lisboa*. s. n. Lisboa. pp. 555-557;

Monteiro, P. (2005). Efeitos do Terramoto de 1755 nos conventos de Lisboa: Os casos dos Conventos de Sant'Ana e de Nossa Senhora da Conceição de Agostinhas Descalças (Grilas). *Olisipo, Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, II série, 22/23: 50-61;

Silva, M. (2019). Para onde a indústria os levou: Crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. *Cadernos do Arquivo Municipal*, XII: 117-140;

Simões, J. (1979). *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa;

Viegas, I., Tojal, A. e Neto, J. (coord.). (2000). *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque (1856-1858)*, n.º 16. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

Digital

Amaral, M. (ed.). (2000-2012). Câmara Coutinho (Gastão José da). [Versão eletrónica]. *Portugal, dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, numismático e artístico*, III: 642. Acedido em 13 de dezembro de 2022, em: <https://www.arqnet.pt/dicionario/camaracoutinhogastao.html>;

Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro. Art.º 589 a 594, Diário do Governo n.º 274/1966, Série I. Acedido em 5 de junho de 2023, em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075-49822575>;

Gazeta de Lisboa (1736, 30 de agosto). Acedido em 13 de março de 2023, em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/1736/Agosto/Agosto_item1/P60.html;

Junta de Freguesia do Beato (2019). *Palácio e conventos dão lugar a fábricas*. Acedido em 4 de junho de 2023, em: <https://jf-beato.pt/palacios-e-conventos-dao-lugar-a-fabricas>;

Lemos, E. (2022). D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, 11.º senhor das Ilhas Desertas.

Geni. A My Heritage Company. Acedido em 6 de julho de 2023, em: <https://www.geni.com/people/Luis-Gon%C3%A7alves-da-Camara-Coutinho-11%C2%BA-senhor-das-Ilhas-Desertas/6000000025540358092>;

Pinto, J. e Correia, A. (1904-1911). Levantamento da Planta de Lisboa. *Cartografia Histórica*. Câmara Municipal de Lisboa. [Versão eletrônica]. Acedido em 13 de junho de 2023, em: <https://dados.cm-lisboa.pt/ar/dataset/cartografia-historica-de-lisboa/resource/8bb8d-50d-150b-443d-b8ca-c5304ab690ed>;

Sobreira, A. (2015, 8 de julho). A Cooperativa de Ensino «Os Pioneiros». Calçada de Dom Gastão [VII]. *Ruas de Lisboa com alguma História*. Acedido em 18 de junho de 2023, em: aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com;

Sobreira, A. (2015, 15 de julho). O Centro Escolar Republicano Elias Garcia. Calçada de

Dom Gastão [VIII]. *Ruas de Lisboa com alguma História*. Acedido em 18 de junho de 2023, em: aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com;

Sobreira, A. (2015, 18 de julho). O Palácio de Dom Gastão ou das Ilhas Desertas (1). Calçada de Dom Gastão [IX]. *Ruas de Lisboa com alguma História*. Acedido em 18 de junho de 2023, em: aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com;

Sobreira, A. (2015, 25 de julho). O Palácio de Dom Gastão ou das Ilhas Desertas (3). Calçada de Dom Gastão [XI]. *Ruas de Lisboa com alguma História*. Acedido em 18 de junho de 2023, em: aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com;

Sobreira, A. (2015, 1 de agosto). O Palácio de Dom Gastão ou das Ilhas Desertas (5). Calçada de Dom Gastão [XIII]. *Ruas de Lisboa com alguma História*. Acedido em 18 de junho de 2023, em: aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.com.